

O ensino superior depois de Bolonha

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto
10.fev.06

Depois de publicada em Agosto último a alteração da Lei de Bases, o ministro Mariano Gago divulgou agora o projecto de decreto-lei sobre graus e diplomas académicos que regulamenta a transição para a versão portuguesa do ensino superior pós-Bolonha. A grande novidade é a criação de uma agência de acreditação que será responsável no futuro pela aprovação inicial e pela renovação periódica da autorização de funcionamento de todos os cursos. Outra novidade é o enorme esforço posto na clarificação entre os conceitos de ensino universitário e politécnico. Se este projecto vier a ser publicado e se acreditarmos que as leis portuguesas são para cumprir, teremos um marco importante na história do nosso ensino superior. Poderá ser adquirida uma desusada transparência que permita aos estudantes compreender a missão das instituições e os objectivos dos cursos e aos empregadores perceber finalmente o que devem esperar dos seus técnicos superiores.

A nova licenciatura terá 3 a 4 anos. O novo licenciado não será, nem o antigo bacharel, nem um dos velhos licenciados agora em produção acelerada. Professores e estudantes, todos seremos responsáveis pela criação das estratégias de aprendizagem necessárias à produção do novo licenciado. Nas universidades, um ciclo mais curto do que o tradicional lança o desafio de associar uma formação básica sólida com competências para a aprendizagem autónoma; os estudantes que optem pela saída imediata para a vida activa terão um amplo campo de actividade, mesmo quando estejam excluídos das profissões tradicionais. Mas, que percentagem dos licenciados antigos ia desempenhar actividades coincidentes com a sua carreira académica? Não temos estatísticas seguras mas a indicação de outros países é de que esta percentagem não chega a 50%! Os estudantes mais pragmáticos optarão pela via politécnica onde irão encontrar uma educação mais próxima da realidade do mundo do trabalho, podendo mais rapidamente aceder e ter sucesso na vida activa. Actualmente, 38% dos estudantes portugueses estão no politécnico, uma percentagem igual à dos espanhóis que estão em cursos de ciclo curto. É previsível que esta percentagem suba na medida em que a procura dos seus graduados poderá ser reforçada. Uma consequência deste cenário será um reforço das remunerações dos graduados pelos politécnicos em relação a muitos graduados por universidades. É impossível prever as consequências dos mecanismos do mercado, mas este cenário é já actual em alguns países europeus.

A função específica da universidade continuará a ser a criação e transmissão de saber. Para isso terá de sobreviver às modas e aos ciclos conjunturais. Qualquer outra organização tem de justificar a sua existência pela a capacidade de resposta às necessidades de cada momento. A alternativa é adaptar-se ou morrer. A universidade tem certamente de se adaptar às novas solicitações da sociedade, mas tem também de conservar no seu interior o potencial para responder a necessidades actuais não expressas para construir as respostas num futuro imprevisível. Este é o papel mais nobre da universidade e é necessário lembrá-lo numa época em que os graves desequilíbrios da sociedade portuguesa exigem a eliminação do que é desnecessário ou supérfluo. A criação do conhecimento “inútil” não é um luxo supérfluo! Uma componente de conhecimento “inútil” na educação de um jovem não é um desperdício condenável. A educação é aquilo que resta quando tudo que se aprendeu já esqueceu. É esse conhecimento aparentemente esquecido por “inútil” que alimenta a criatividade e a inovação. Cultivemos a inutilidade e voltaremos ao caminho da riqueza, da material e da espiritual!